

As metas já estabelecidas nos planos do Ministério da Educação, vem o governo de acrescentar mais uma, de inegável alcance e indiscutível oportunidade. Dirigindo-se ao Sr Jorge Bornhausen, durante a primeira reunião do novo ministério, recomendou-lhe o Presidente da República a construção de pelo menos mais 200 escolas técnicas no país.

A adoção desse ambicioso mas nada irrealizável projeto equivale à recuperação de uma área desperdada há duas gerações. Retoma-se o fio de um indispensável programa educacional praticamente no mesmo ponto em que foi deixado no já remoto ano de 1942, quando pela última vez se deu por terminada uma escola técnica neste país.

É no mínimo paradoxal que o ensino técnico tenha entrado na geladeira justamente quando o país terminava os preparativos para a decolagem industrial que viria na década seguinte. Nesse ínterim, enquanto aumentava rapidamente a demanda por mão-de-obra qualificada, o ensino técnico era vítima de duas distorções ocorridas no campo educacional.

Obstáculo em seu caminho foi a criação de um jamais implantado ensino profissionalizante na curva do primeiro para o segundo grau. Muito mais grave, entretanto, foi a tendência, finalmente vitoriosa, de atribuir à universidade uma função que não era a sua, a de formadora de vasta gama de especialistas.

Deste modo, em vez de escolas junto aos pólos industriais que proliferaram a partir dos anos 50, surgiram em cacho as faculdades de engenharia, que em boa medida jamais conseguiram alcançar um padrão acadêmico razoável. De fato, o que muitas dessas novas faculdades têm feito é fornecer diplomas de engenheiro a estudantes cujos conhecimentos não vão muito além daqueles oferecidos pelas poucas

escolas técnicas que, apesar de maltratadas em termos de recursos materiais e humanos, mantiveram a qualidade e foram capazes de acompanhar o progresso da tecnologia.

Por esse desvio vem pagando caro a nação. Boa ou ruim, a formação de um engenheiro custa muito mais do que a de um técnico de nível médio. A multiplicação dos cursos de engenharia criou expectativas de emprego e remuneração às quais o mercado não teve como responder. Tornou indispensável a abertura de outros canais, mais dispendiosos para os setores produtivos, de formação dos técnicos que se faziam necessários. Tratando-se de improvisação, é claro que os resultados nem sempre foram compensatórios.

A criação de 200 escolas técnicas aliviará a pressão que hoje sofre a área de engenharia da universidade; reduzida a demanda, poderão os cursos concentrar-se no objetivo da qualificação. Mas a medida irá sobretudo ao encontro das necessidades dos centros de porte médio, cujo crescimento, na maioria dos casos, se fez acompanhar do nascimento de distritos industriais em plena floréscência.

O governo dá, assim, um passo a mais para o fechamento do círculo do seu projeto educacional, no sentido de harmonizá-lo com as reais exigências da sociedade brasileira. Integrado ao objetivo maior de democratização e melhoria da educação nacional, a recuperação do ensino técnico — juntamente com a reformulação da área de educação não-formal e a qualificação dos cursos universitários — terá, a médio prazo, reflexos positivos no setor da produção, que hoje encontra um obstáculo ao seu desenvolvimento na insatisfatória formação de todos os segmentos de sua mão-de-obra.